

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB) –**

Comunicação de Líder: Obrigada Presidente, bom estar com os colegas vereadores e vereadores aqui nesta Casa, com o público que nos assiste. Já disse, muitas vezes, e vou repetir: estou na política para ajudar as pessoas, sobretudo as que mais precisam, e não para o meu benefício pessoal. Sou aposentada da Brigada Militar, onde, com muito orgulho, passei 30 anos da minha vida. Não preciso da política para sobreviver, mas vim fazer a diferença para o coletivo. Subir à tribuna, hoje, e falar sobre o voto favorável ao projeto do IPTU

não é fácil para ninguém, mas, com muito tranquilidade, venho aqui explicar a minha - tenho certeza de que é a de outros colegas que aqui estão - convicção. Importantes questões têm de ser explanadas e analisadas para entendermos melhor o projeto. A planta IPTU, em Porto Alegre, estava congelada há 28 anos. É preciso dizer que metade da população terá seu IPTU reduzido ou deixará de pagar. A diminuição é imediata. A readequação dos valores do IPTU da capital partiu de uma premissa óbvia: cada imóvel deve pagar um imposto conforme o seu valor real. E, desde 1991, não é assim. E não é assim pelo descaso de prefeitos que por aqui passaram. Por certo, não é fácil apresentar um projeto que mexe no bolso das pessoas. Também, não é fácil aprová-lo. É preciso coragem, precisa convicção, precisa não pensar em próximas eleições, precisa entender que a cidade não pode ficar parada no tempo, o que aconteceu nesses 28 anos. O IPTU de Porto Alegre é o mais defasado entre todas as capitais brasileiras. Há imóveis avaliados em R\$ 1,5 milhão com IPTU de R\$ 400,00, enquanto outros de R\$ 80 mil têm a mesma cobrança. Há inúmeros casos de imóveis nos bairros Tristeza, Santana, Nonoai, Passo d'Areia, Azenha, entre muitos outros, com IPTU entre R\$ 2,63 a R\$ 5,14. Há imóveis na Av. Independência que pagam tão somente R\$ 6,00. Pasmem! Isso é ou não é um privilégio? Há igualdade nisso, senhores? É justo? Vejo reclamando quem vai pagar mais, mas tem quem ficou 28 anos pagando menos do que deveria e poderia. O meu imposto vai ser aumentado. Mais do que a necessidade de acompanhar a realidade financeira, a revisão d tributo é, portanto, uma questão de justiça. O correto é que o tributo seja pago em índice correspondente ao valor real da propriedade. Hoje, uma grande parcela de quem é dono de imóveis de baixa avaliação e localizados em bairros de

periferia, desembolsa os mesmos valores que proprietários de casas ou apartamentos situados em bairros nobres e com avaliação superior. É um notório privilégio de uma discrepância que resultaram apontamentos do Ministério das Cidades e do Tribunal de Contas do Estado. Volto a frisar: o Ministério das Cidades e o Tribunal de Contas do Estado já haviam apontado Porto Alegre. Sou favorável à reforma da previdência, e, por incrível que pareça, muitos dos que hoje aviltam hoje os vereadores que foram também favoráveis ao IPTU, são favoráveis à reforma da previdência também, mas são contra o reajuste do IPTU. Por que será? Quero ver o PT, o PSOL, tão defensores das populações mais pobres e mais vulneráveis explicarem o seu não ao IPTU, o que seria, necessariamente, seria colocar impostos mais baixos a quem mais necessitava. Ou até mesmo, serão beneficiados pela isenção. Pela coragem dos vereadores de vários partidos, como o MDB, o PRB, o PTB, o DEM, o PROS, a REDE, o PSDB, o PSC, esses mais vulneráveis terão suas isenções. Gostaria de ver o mesmo envolvimento de quem hoje critica a quem votou “sim”, dizer parabéns aos vereadores que aprovaram vários projetos maravilhosos que passaram aqui pelo Legislativo. Como o projeto das podas, a reforma administrativa, a segurança compartilhada, o projeto sobre os funcionários públicos. Projetos que otimizaram Porto Alegre e reduziram os gastos. Estamos no Século 21, e não podemos aceitar uma Porto Alegre no Século 20.

(Texto sem revisão final.)